

Respostas contraditórias

Manchete no *Financial Times*, destaque em *The New York Times* e *The Wall Street Journal*, análise serena e objetiva em *Le Monde*, bem como registros de excelente receptividade nos grandes centros das finanças internacionais assinalaram em fins da última semana o Acordo de Paris, segundo o qual o Brasil se inscreveu como o primeiro país a reescalonar a sua dívida junto aos dezoito credores europeus, com a dispensa do aval do Fundo Monetário Internacional.

Essa decisão, que tomou de surpresa os analistas de mercado da Inglaterra, da Alemanha e da França, atravessou o Atlântico Norte e foi derramar perplexidade nos Estados Unidos, onde os bancos privados, maiores titulares de nossas contas externas, estarão na rota das autoridades brasileiras para uma outra etapa das negociações no rolamento da dívida externa. A medida se reveste de um caráter de excepcionalidade e seus antecedentes e conseqüentes devem ser investigados a partir do pressuposto de que banqueiro não faz favor, não joga dinheiro fora e somente atua numa faixa de risco muito relativa. Sobretudo quando tem à sua disposição as garantias do FMI, da qual os banqueiros do Velho Continente abriram mão.

Também os credores ingleses, franceses e alemães não têm medo de ameaças, quer ostensivas quer veladas. Agem e reagem com extrema frieza. Esse Acordo de Paris veio assim como produto final de um reconhecimento tácito de que o Brasil se faz merecedor de um tratamento diferenciado, por força dos lastros de sua econo-

mia e das perspectivas que se projetam do quadro interno e de cuja solidez e estabilidade os homens do dinheiro, em nível mundial, reconhecem e proclamam através das difíceis, demoradas e extenuantes negociações levadas a efeito nos salões de conferência do Hotel Majestic, no centro nervoso da capital francesa.

Não se pretende aqui fazer eco a um triunfalismo incoerente ou tampouco criar miragens para encobrir situações irreversíveis, substituindo o pior pelo melhor. O episódio é rigorosamente fora dos padrões de normalidade e se constitui num avanço através de caminhos não trilhados para a marcha dos entendimentos. Um dos corolários mais significativos do acordo projeta sobre o setor de exportações créditos significativos que podem gerar entre 3 e 6 bilhões de dólares, num aporte de relevância para as trocas internacionais brasileiras. Ainda dentro desse enfoque ajuste ocorrido na quinta-feira abre espaços mais amplos para as negociações com os bancos privados dos Estados Unidos. Amálgama típico envolvendo credibilidade, seriedade e confiabilidade.

O tom maior da imprensa especializada, além daqueles de jornais de grande porte, aponta a importante decisão parisiense como sendo muito mais um crédito de confiança, do que um gesto de boa vontade ou de uma rendição.

Os negociadores brasileiros foram unânimes em rejeitar a ortodoxia da terapêutica do FMI, sobretudo em suas exigências recessivas, impondo sacrifícios maiores às classes sociais menos favo-

recidas, por força do desemprego e de outras medidas contracionistas que fazem parte da cartilha daquela agência internacional.

Embora fazendo parte do Terceiro Mundo, o Brasil ocupa a oitava posição mundial entre as nações desenvolvidas, não estando, assim, dissolvido no anonimato dos povos que lutam para se afirmar. Enfrentando alterações sensíveis na balança comercial, decorrência inelutável de importações destinada a suprir o mercado interno, em suprimentos essenciais, o Brasil, ainda assim, mantém programada a busca de um superávit ao redor de 12 bilhões de dólares anuais, que este ano deverá retornar como resultado de caixa das trocas internacionais.

Os fatos até aqui arrolados estão testemunhados pela riqueza do noticiário internacional. Resta o enfoque interno, procurando reunir os dados relativos às respostas dos setores empresariais, sobretudo da indústria e do comércio, nas atitudes derrotistas e contestadoras que procuram desestabilizar a ordem econômica, posta em solidariedade de contrários com certas lideranças sindicais e parassindicais, ao orquestrar uma desconfiança e procurar evidências que não estão nos fatos e nos desempenhos da economia. Chega-se, assim, a uma constatação absurda onde a Nação é negada pelos seus e consagrada pelos estranhos, dando margem a uma realidade que recebe do Clube de Paris prova de confiança inequívoca ao mesmo tempo em que sofre a hostilidade frontal de entidades patronais e classistas.